

Assembleia de Freguesia de Palmela

## Comunicado

Na edição do “Jornal República” de 24 de Abril, uma pequena notícia chama a atenção dos seus leitores para a audição do programa “Limite” na Rádio Renascença.

Eram 22.55 horas de 24 de Abril de há 36 anos, quando no programa “Limite” da Rádio Renascença, a canção “E depois do adeus” deu o mote para o renascimento de um país, aos 20 minutos da madrugada de 25 de Abril. A senha de confirmação “Grândola Vila Morena” interpretada por Zeca Afonso é difundida pelos Emissores Associados de Lisboa e marca o início oficial das operações.

Libertos do terrível jugo de meio século, saímos à rua, abraçamo-nos, tingimos o ar com o perfume dos cravos vermelhos e cantámos “Grândola Vila Morena” até a voz nos doer. O entusiasmo e a esperança num futuro onde a liberdade estivesse de mãos dadas com o nosso dia-a-dia, deram-nos a força suficiente para enfrentar os momentos mais difíceis que se seguiram. Passados 36 anos, continuamos a poder orgulhar-nos do contributo dado na conquista da liberdade e na construção de um Portugal mais moderno, mais justo e mais fértil em oportunidades.

Para os jovens de hoje, será talvez difícil imaginar o que era viver neste Portugal de há 36 anos, onde era rara a família que não tinha alguém a combater em África; o serviço militar durava quatro anos; a expressão pública de opiniões contra o regime e contra a guerra, era severamente reprimida pelos aparelhos censórios e policiais; os partidos e movimentos políticos encontravam-se proibidos; as prisões políticas estavam cheias; os líderes oposicionistas exilados; os sindicatos fortemente controlados e limitados na sua acção; a greve interdita; o despedimento facilitado; a vida cultural apertadamente vigiada...

Temos pois, continuadas razões para comemorar em ambiente de festa e alegria, o 36º aniversário de tão glorioso dia e de todos os valores que ele representa. Que melhor forma de o fazer, senão com todos os membros desta Assembleia e todos os habitantes desta nobre e bela Freguesia de Palmela todos juntos -reforçamos o nosso orgulho e , num abraço bem apertado, relembramos a essência deste dia e dizemos bem alto:

Viva o 25 de Abril

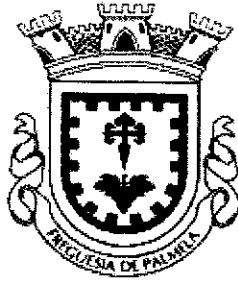
Viva Portugal!

Aprovado por unanimidade em Assembleia de Freguesia de Palmela,  
realizada em 22/04/2010

A Presidente da Assembleia de Freguesia

Jacinta do Rosário Cardoso de Almeida

Jacinta do Rosário Cardoso de Almeida



## Assembleia de Freguesia de Palmela

### Saudação ao 25 de Abril

Abertas de par em par, as portas que Abril abriu resistem à violenta tempestade que as quer encerrar.

O 25 de Abril trouxe o fim da guerra colonial e a possibilidade de continuar pacificamente a luta por um Portugal mais bonito, mais justo e mais hospitaleiro.

A apaixonante mensagem de liberdade e de libertação que o texto constitucional consagra, está bem no coração dos portugueses que trabalham e lutam para que Portugal possa enfim ser terra de paz, pão e solidariedade, onde vive um povo com direito a ser feliz.

Os membros eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Palmela saúdam o 25 de Abril e lembram a toda a população que as extremas dificuldades que vivemos resultam dos ataques duma classe de poderosos cuja maneira de existir colide frontalmente com as naturais aspirações da imensa maioria. Sem razão e sem futuro não-de perder a influência e a força para que a nossa razão e o nosso futuro prevaleçam.

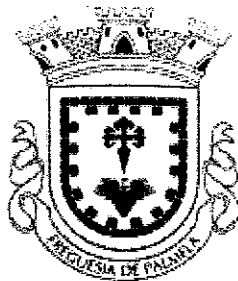
Viva o 25 de Abril.

Aprovado por unanimidade em sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Palmela  
em 22/04/2010

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Palmela

*Jacinta do Rosário Cardoso de Almeida*

Jacinta do Rosário Cardoso de Almeida



## Assembleia de Freguesia de Palmela

### Moção

#### O Desemprego

Grave problema social , grave problema económico .

Segundo estatísticas do INE citadas por Eugénio Rosa, o número total de desempregados no 4º trimestre de 2009 era de 704.000. Este número significa um devastador desperdício da capacidade produtiva do país:

- 23.455 milhões de euros, 14% do PIB previsto no OE de 2010
- uma quebra de 2.651 milhões de euros em receitas fiscais ( IVA e IRS)
- perda de 3.260 milhões de euros de contribuições para a Segurança Social e encargos de 2.209 milhões de euros só em subsídios de desemprego.

Os salários assim perdidos ascendem a 9.382 milhões de euros e a serem pagos alargariam o mercado nacional e muitas pequenas, médias e grandes empresas poderiam escoar as mercadorias que a drástica redução do poder de compra torna impossível.

O congelamento de salários e o aumento do número de trabalhadores à procura de trabalho reduz o poder de compra dos salários e torna os assalariados mais vulneráveis perante o aumento do custo de vida.

Os membros eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Palmela alertam a população para a necessidade de inverter por completo a política adoptada pelo governo, cientes que a redução significativa do desemprego aumentaria as receitas fiscais e da Segurança Social e reduziria os encargos com subsídios e acção social baixando saudavelmente o défice orçamental.

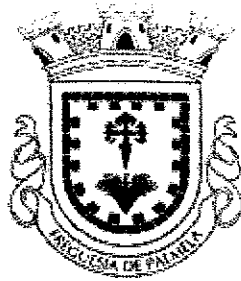
Neste outro contexto, o crescimento económico faria Portugal sair da estagnação, reduziria o endividamento externo, permitindo encarar o futuro com os instrumentos que a situação exige.

Aprovado por maioria com 7 votos a favor da CDU, 1 voto a favor do PPD/PSD e 1 voto a favor do CDS/PP e 4 abstenções do PS, em sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Palmela, realizada em 22/04/2010

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Palmela

*Jacinta do Rosário Cardoso de Almeida*

Jacinta do Rosário Cardoso de Almeida



## Assembleia de Freguesia de Palmela

### Moção

Pavilhão Desportivo na Escola Secundaria de Palmela

A Constituição da República Portuguesa, garante na alínea d) do artigo 70º o acesso à Educação Física e ao Desporto. É sabido ser fundamental a prática desportiva para uma boa saúde física e um bom desenvolvimento intelectual.

Cabe ao Estado, através das Escolas, garantir a aplicação deste princípio, consagrado na Constituição e, para isso, as escolas precisam de ser dotadas dos equipamentos necessários, o que não sucede na Escola Secundária de Palmela.

Integrado no Programa do Partido Comunista Português de aproximação às populações, Paula Santos, deputada pelo PCP na Assembleia da República fez uma visita às Escolas do Concelho.

Da visita à Escola Secundária de Palmela resultou uma exposição ao Ministério da Educação sobre a situação nesta escola.

De entre outros aspectos saliente-se a não realização da 3ª fase de reabilitação da Escola que integra a construção dos laboratórios, do pavilhão desportivo e da sala dos alunos.

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou repetidamente a proposta de construção do pavilhão desportivo em sede de PIDDAC, que foi consecutivamente rejeitada.

Aos argumentos meramente economicistas do Governo, o Grupo Parlamentar do PCP responde não serem estes os critérios que devem prevalecer mas sim os critérios pedagógicos.

Os membros eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Palmela, reforçam a necessidade e importância da construção do Pavilhão Desportivo na Escola Secundária de Palmela e que compete ao governo cumprir a Constituição da República, garantindo o desenvolvimento físico e intelectual dos nossos jovens e o futuro destes e do país.

Aprovado por unanimidade, em sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Palmela, realizada em 22/04/2010

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Palmela

Jacinta do Rosário Cardoso de Almeida



## Assembleia de Freguesia de Palmela

### *IGUADADE DE OPORTUNIDADES DE GÉNERO*

#### *Considerações Iniciais*

A promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres constitui um eixo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e, simultaneamente, mais democrata.

Em Portugal, diferentes organizações têm trabalhado, directamente, em prol da defesa do direito à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, mas também no combate a todas as formas de discriminação (ONG's, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), entre outras instituições).

Por outro lado, a existência de documentos de enquadramento político que, directamente, tratam as questões da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (Plano Nacional para a Igualdade, Plano Nacional contra a Violência) reforçam, sem dúvida, a importância que esta problemática assume no panorama nacional, bem como orientam as estratégias que vão sendo aplicadas no terreno. Nos últimos anos, Portugal assumiu importantes compromissos internacionais que, após ratificação, passaram a vigorar na ordem interna. Importa, por isso, referir alguns desses compromissos.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adoptada em 1979 pela Assembleia das Nações Unidas e ratificada, por Portugal em 1980, *constituiu um dos maiores marcos políticos em matéria de promoção da igualdade entre homens e mulheres.*

A partir das datas anteriormente referenciadas, os Estados Membros assumem o compromisso de desenvolver políticas conducentes com a eliminação de qualquer forma de discriminação contra as mulheres, bem como de adoptarem medidas legislativas e outras necessárias à aplicação do princípio da igualdade, com vista a assegurar o desenvolvimento e o progresso das mulheres, nos domínios cultural, político, económico, civil, entre outros.

Em 1995, na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres foi elaborada e aprovada a Declaração de Pequim, tendo esta sido concretizada pela Declaração de Acção de Pequim (1), um marco determinante ao nível da introdução da perspectiva de género em todas as esferas de desenvolvimento, surgido, deste modo, o conceito de "mainstreaming de género" (2).

Apesar de alguns avanços consideráveis em termos de igualdade através de constantes alterações legislativas, ainda são visíveis muitas desigualdades entre mulheres e homens na Europa. Com vista à supressão dessas desigualdades, a Comissão Europeia, fixou novos objectivos no Roteiro para a Igualdade (2006-2010). Este Roteiro tem como principal objectivo a promoção de um programa sobre a igualdade entre homens e mulheres identificando seis áreas prioritárias de intervenção:

- 1) Igualdade em matéria de independência económica para homens e mulheres;
- 2) Conciliação da vida privada e profissional;
- 3) Representação igual na tomada de decisões;
- 4) Erradicação de qualquer forma de violência em razão do sexo;
- 5) Eliminação dos estereótipos de género;
- 6) Promoção da igualdade nas políticas externas e de desenvolvimento.

A promoção da igualdade entre homens e mulheres assume, assim, um papel de destaque nas agendas políticas nacionais e europeias, tendo sido estabelecido o ano 2007 como “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos – por uma sociedade mais justa”, a 11 de Abril de 2006, pela União Europeia.

Foram, estabelecidos um conjunto de objectivos, dos quais se destacam:

- *Sensibilizar para o direito à igualdade e não discriminação, pelo que todas as pessoas terão direito à igualdade de tratamento, independentemente, do sexo, origem étnica ou racial, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual;*
- *Promover uma maior participação dos mais discriminados, de forma a garantir uma participação equilibrada entre homens e mulheres;*
- *Reconhecer os benefícios e contributos positivos das pessoas assentes no princípio da diversidade, independentemente, do sexo, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual;*
- *Promover uma sociedade mais justa e mais coesa, procurando eliminar estereótipos, preconceitos, actos violentos, com vista ao estabelecimento de relações positivas entre os membros da sociedade;*
- *Divulgar todos os princípios e valores inerentes ao combate à não discriminação*

(1)-A Declaração de Pequim identifica princípios orientadores, enquanto a Plataforma define estratégias de intervenção, apontando soluções e percursos de mudança.

(2)- Segundo o Conselho da Europa o conceito de *mainstreaming* de género define-se por: “a abordagem integrada da igualdade de género...na (re) organização, na melhoria, no desenvolvimento e na avaliação dos processos e implementação de políticas, a todos os níveis e em todas as fases, pelos actores geralmente implicados na decisão política”.

Aprovado por unanimidade em 22/04/2010

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Palmela

Jacinta do Rosário Cardoso de Almeida

Jacinta do Rosário Cardoso de Almeida

Aprovado por unanimidade em 22/04/2010

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Palmela

Jacinta do Rosário Cardoso de Almeida

Jacinta do Rosário Cardoso de Almeida